

Ata da Assembléia Geral Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Santos, realizada dia dois de junho de dois mil e dezesseis, as oito e trinta horas nas dependências da Casa de Participação Comunitária, localizada na Avenida Rei Alberto, número cento e dezenove, na Ponta da Praia, em Santos, São Paulo. Participantes: Verificação conforme lista de presença anexa. Justificaram ausências os conselheiros, Carlos Alberto Ferreira Mota em férias e Regina Helena Burgos Pimentel dos Santos em tratamento de saúde. Iniciada a reunião o senhor Vice Presidente, Edmir Nascimento cumprimenta os presentes, coloca que presidirá a assembléia em razão das férias do senhor presidente e solicita que seja feito um minuto de silêncio em homenagem a senhora Sueli Vasconcelos, que faleceu semana passada; em razão de sua incansável militância na luta pelos direitos das crianças e adolescentes. Isto posto agradece e coloca em pauta o item um **Apreciação e Deliberação da ata da Assembléia anterior**; pergunta se todos tomaram conhecimento da mesma para deliberação. Com anuência de todos a mesma foi **APROVADA**. Prossegue e pede licença ao colegiado para inversão dos itens da pauta, passando ao cumprimento do **item três: Apreciação e Deliberação da solicitação de registro do Instituto Viver Bem**; passa à palavra ao senhor Wilson Bregochi, técnico deste conselho, que cumprimenta os presentes e convida à senhora Adriana dos Santos, representante da entidade para relatar as atividades do instituto Viver Bem, localizado na Vila São Jorge. Senhora Adriana Lopes cumprimenta os presentes e explica que a entidade é voltada ao Esporte e a Cultura, como também ao acompanhamento de famílias de autistas. Atende cento e trinta e cinco crianças e adolescentes e quarenta mães. Oferece oficinas de Karatê, Teatro e acompanhamento técnico as famílias de autistas. Senhor Wilson agradece e relata que realizou visita na entidade e identificou a necessidade de adaptação do banheiro para cadeirantes. Conversou com a direção que prontamente se dispuseram a arrumar e que considera apta a concessão do registro. Senhor Edmir Nascimento pergunta a todos se há maiores dúvida ou podemos deliberar pelo registro. **Todos concordaram pela concessão do registro ao Instituto Viver Bem**. Prossegue com o **item cinco da pauta: Eleição do segundo secretário do CMDCA**, após discussões foi **eleita a conselheira senhora Maria Cristina Dias de Oliveira como segunda secretária**. Continua com o **item seis da pauta: Apreciação e Deliberação sobre o encaminhamento de projetos para concorrer ao Edital da Fundação Itaú**. Senhor Wilson Bregochi explica que a Fundação Itaú abriu edital para financiamento de Projetos, com olhar especialmente voltado a garantia de direitos das crianças e adolescentes à educação e ao desenvolvimento integral de suas potencialidades, priorizando apoio a ações voltadas ao enfrentamento de problemas. Violências ou violações que limitam a trajetória escolar, bem como ações que favoreçam o acesso à cultura, arte, esporte, lazer e tecnologia da informação, promovendo a Educação Integral. Em reunião da Diretoria Executiva considerou-se a possibilidade de encaminhar o Projeto COLIBRI já aprovado por esse conselho e não contemplado com recurso do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA). O Projeto COLIBRI: Entrelaçando Escola e Comunidade, da entidade União de Amparo às Comunidades de Escolas Públicas UACEP, que tem como objetivo maior reduzir o número de crianças e Adolescentes em situação de risco ou vulnerabilidade por meio de ações proativas e protetivas; reparar os direitos violados de crianças e adolescentes, criando condições para o respeito aos direitos humanos e para monitoramento da incidência de situações de violação de direitos. Público Alvo: cento e cinquenta crianças e adolescentes na faixa etária de seis a dezessete anos, residentes dos bairros da Aparecida, Estuário, Macuco, Ponta da Praia, da cidade de Santos, matriculados na rede pública de ensino, que se encontram em situação de infrequência ou abandono escolar, segundo a Ficha de Infrequência (FICAI) como também de relatórios avaliativos encaminhados pelas instituições de ensino, destes bairros, para os Conselheiros Tutelares. **Com anuência de todos ficou deliberado o encaminhamento do Projeto COLIBRI, da UACEP, à Fundação ITAÚ**. Dá seqüência com o **item sete da pauta: Relatos dos representantes dos Conselhos e Comissões**: Senhor vice presidente passa a palavra a conselheira **Marly Carvalho de Soares Santos**, **Coordenadora da Comissão Infante Juvenil (CIJ)**, que cumprimenta os presentes e explica que devemos compor um Grupo de Trabalho (GT), segundo dispõe a Resolução Normativa de número duzentos e noventa e um de dois mil e dezesseis deste conselho, em seu artigo sétimo dispõe sobre a Instituição de um Grupo de Trabalho (GT) responsável pela CIJ, que deverá ter representantes da Sociedade Civil e das Secretarias Municipais de Educação e de Defesa e Cidadania, Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de Santos, designados por seus gestores tendo como atribuição organizar o processo de escolha dos jovens representantes da CIJ, bem como de seus Coordenadores; sensibilizar o Sistema de Ensino e as Organizações Sociais para participar e

58 subsidiar, apoiar e acompanhar as ações da CIJ. Sugiro que tenhamos como membros desse grupo,
59 representantes de entidades de todos as regiões da cidade. **Todos concordam ficando acertado**
60 **reunião dia dez de junho próximo às quatorze horas nessa casa para composição desse GT da**
61 **CIJ.** Prossegue relatando as ações da **Comissão de Monitoramento dos Planos Municipais** que
62 está no terceiro encontro com a Secretaria Municipal de Educação avaliando o Plano Municipal
63 Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, eixo Educação sendo proposto para
64 Junho a apreciação do Plano Municipal de Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes
65 à Convivência Familiar e Comunitária e para Julho o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.
66 Infelizmente não conseguimos avaliar ainda o eixo Educação, no âmbito estadual, em razão da
67 ausência dos representantes do estado, mas que faremos contato a senhora Solange Alvarenga e
68 senhor Paulo Mortari da Diretoria regional de Ensino, sensibilizando-os da importância e necessidade
69 da participação. Relata também o recebimento do ofício de desligamento das representantes da
70 entidade Mensageiros da Luz, conselheiras Maria Aparecida Pontes e Camila Rodrigues Araujo que
71 desde o início participaram ativamente deste estudo. **Deliberado pelo encaminhamento de ofício a**
72 **entidade Mensageiro da luz, parabenizando o comprometimento de suas representantes nos**
73 **estudos dos Planos.** Senhor Wilson Bregochi pede a palavra e sugere que seja refeita a composição
74 dessa Comissão, deixando-a mais enxuta, em razão da grande ausência de representação. Acredita
75 que a representação das políticas básicas, saúde, educação, assistência Social, defesa e cidadania,
76 esporte e cultura e paridade de organizações sociais seja suficiente e que pontualmente convidemos
77 os demais atores devido o assunto em pauta. **Após discussões ficou acertado que a recomposição**
78 **da comissão conotaria em muito tempo e que seria mais produtivo continuarmos o trabalho**
79 **mesmo com as faltas e adotar a sugestão no que tange ao convite pontual aos atores**
80 **necessários de acordo com o assunto em pauta.** Senhora Maria Cristina Dias de Oliveira,
81 **representante deste conselho na Comissão de Enfrentamento a Violência Sexual Infante Juvenil**
82 **(CEVISS),** relata sobre o êxito do IX Seminário de Enfrentamento a Violência Sexual Infante Juvenil,
83 realizado dia trinta de maio p.p. na sede da OAB/Seção Santos com a ilustre palestra da Dra Iloma
84 Odete Girrulat, Coordenadora do Programa Cuidar da cidade de Itanhaem, com o depoimento de
85 Adolescente do Projeto Pares e a apresentação da peça do CAMPS, que muito impactou a todos,
86 contamos com a presença de mais de duzentas pessoas. Senhora Valeria Gallotti, Chefe desta Casa,
87 parabeniza a eficácia das ações descentralizadas realizadas durante o mês de Maio em alusão ao
88 Enfrentamento a Violência Sexual Infante Juvenil, elogia a proposta dos conselheiros tutelares em
89 conversar e divulgar seus competis junto aos munícipes. Senhora Rejane Machado parabeniza a
90 reunião itinerante que a Comissão de Combate ao Trabalho Infantil (CM-PETI) realizou no CREAS da
91 Zona Noroeste, reunião produtiva, esclarecedora com a participação de mais de trinta usuários,
92 Conselheiros Tutelares e funcionários. Senhora Helenice Alves relata sobre a relevância da
93 participação no Evento Saúde dos Portos, com a participação de representantes da CEVISS,
94 Conselheiros Tutelares da Zona Leste, Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Santos
95 (FMCAS) e Secretaria Municipal de defesa da Cidadania - SECID. Senhora Taís Aguiar complementa
96 dizendo da necessidade de realizarmos ações contínuas dentro da área portuária tendo como
97 referência o impacto atingido. Com a palavra o senhor Edmir concorda com a sugestão e prossegue
98 com o item **oito da pauta Relatos da Diretoria Executiva,** Senhor Vice presidente informa que a
99 Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) respondeu que noventa por cento dos profissionais
100 indicados a fazer o curso de multiplicadores da Justiça Restaurativa são funcionários de carreira do
101 quadro municipal, relata também sobre a reunião de mediação deste Órgão ocorrida com os
102 conselheiros tutelares, que consideram muito positivo a proximidade que vem se estabelecendo com
103 os serviços, CRAS, CREAS para acertos de conduta, mas que ainda percebe-se a necessidade de
104 maior celeridade no “feed back” dos casos encaminhados e a definição de procedimentos de
105 encaminhamento de certas violações. Senhor Conselheiro Tutelar Mario Ferreira, fala que a violação
106 de direitos pela violência psicológica é um impasse. Senhora Rejane Machado chefe de Departamento
107 da Proteção Especial da Secretaria Municipal de Assistência - SEAS fala que é preciso considerar a
108 questão conceitual dos serviços, que o Centro de Referência especializado da Assistência Social -
109 CREAS não realiza atendimento psicológico, portanto certas demandas não devem ser encaminhadas
110 para lá. Senhor Edmir fala que concorda que os psicólogos do CREAS não façam atendimento
111 psicológico, mas que têm que haver um técnico para identificar os casos e fazer o encaminhamento
112 correto aos serviços. Senhora Rejane rebate dizendo que se queremos celeridade para que
113 encaminhar certos casos ao CREAS para este encaminhar a Saúde, por exemplo; porque os
114 Conselheiros Tutelares já não fazem o encaminhamento direto? Senhor Conselheiro Tutelar da Zona

115 Noroeste, Mario Henrique Gomes, diz que o conselho tutelar é um órgão requisitor de serviços e que
 116 não há nos competes dos conselheiros a necessidade de haver formação técnica (psicólogo) para o
 117 cargo, não temos competência para diagnosticar uma Alienação Parental, por exemplo, se faz
 118 necessário o diagnóstico ser realizado por um profissional habilitado, que identifique a violação e
 119 encaminhe ao tratamento correto. Se esse serviço não for o CREAS é preciso definir qual serviço
 120 será. Há a necessidade premente de definição de um fluxo de encaminhamento para certos casos.
 121 Senhora Conselheira Tutelar, Ellen Miranda, diz que casos de violência psicológica com crianças vem
 122 aumentando e quando encaminhamos para os CVCs também dizem que não é de competi deles. Se
 123 não é competi do CREAS e nem do CVCs, de quem é? O que fazer com esses casos? A quem
 124 encaminhar? Creio que este impasse deva ser resolvido. Senhora Helenice Alves fala que essa
 125 problemática é antiga e que na ata da Assembléia anterior o senhor Leandro Lapetina, Coordenador
 126 de Alta Complexidade, da SEAS, explica que a Assistência Social não tem competência para tratar
 127 de Alienação Parental mas que já foi acertado com os CsTs que conversarão sobre o caso para
 128 idefinirem o encaminhamento ao serviço correto, mas pelos depoimentos de hoje esse acerto não vem
 129 acontecendo, não é possível que em razão de conceitos da política A ou B, crianças e adolescentes
 130 fiquem mais uma vez com seus direitos violados. Senhora Rejane fala que este assunto é polêmico e
 131 complexo sendo preciso termos uma conversa mais aprofundada entre as políticas. Senhora Tais
 132 informa que esse caso foi discutido na CEVISS e que o Fórum Municipal da Criança e do Adolescente
 133 convocou uma reunião entre a SEAS, Saúde, CT, para definição de papéis. **Deliberado pela**
 134 **participação do CMDCA na reunião marcada pelo FDCA, dia oito de junho próximo as quatorze**
 135 **e trinta horas, nessa casa para definição do fluxos do sistema.** Senhora Adriana Jandelli corrobora
 136 dizendo que mais uma chance será dada a essas secretarias para definição de seus papéis e que se
 137 isso não ficar acertado entende que devemos fazer a representação ao Ministério Público. Todos
 138 concordam **ficando deliberado que se na assembléia de julho próximo esses procedimentos não**
 139 **estiverem definição, este conselho encaminhará o caso ao Ministério Público.** Senhor Edmir
 140 Nascimento fala que outra demanda importantíssima que precisamos resolver na cidade é a não
 141 existência da internação psiquiátrica infanto juvenil. Conta que há poucos dias aconteceu um caso
 142 gravíssimo de uma adolescente em surto psiquiátrico que foi completamente desassistida pelo
 143 município em razão da falta do serviço de internação infanto juvenil. Que mesmo com o enorme
 144 empenho dos técnicos do SECERPA para que fosse passar a noite no NAPS, não foi possível, sendo
 145 então levada a Casa de Acolhimento. Hoje essa adolescente está nas ruas. O conselho tutelar fez a
 146 representação desse caso junto ao Ministério Público para a responsabilização dessa violência
 147 institucional. Senhora Regina Bragueto, representante da Secretaria Municipal de Saúde - SMS diz
 148 que casos como esse angustiam quem há muito faz parte desse conselho, mas que infelizmente as
 149 ações não são continuadas e que casos sérios como esse precisa ser identificado e tratado
 150 pontualmente pela rede. Senhor Renato Pastorello, da SMS diz que não existe paciente dessa ou
 151 daquela secretaria que o paciente é munícipe, pertencente a todas as políticas, e que realmente hoje
 152 na cidade não temos um lugar de internação para adolescente em surto psicótico; o que oferecemos
 153 hoje é durante o dia o Centro de Atenção Psicossocial (TÔ Ligado) e a noite o Núcleo de Atenção
 154 Psicossocial - NAPS, se a família não tiver condições de assumir. Senhor Edmir Nascimento solicita ao
 155 senhor Pastorello que esclarece o burburinho que está no ar em que os Centros de Valorização da
 156 Criança -CVCS serão extintos e transformados em Centro de Atenção Psicossocial CAPS I (Infanto
 157 Juvenil). Senhor Pastorello informa que estudos estão sendo realizados para adaptação dos serviços
 158 em relação às necessidades atuais. Mas que os CVCs não deixarão de existir, que não serão fechados
 159 para gerar desassistência a ninguém, me referindo ao CAPS infantil e que também reforçaremos as
 160 equipes após a homologação do concurso público. Tudo vai continuar da forma que está, até que os
 161 estudos sejam finalizados. Senhora Maria Cristina Oliveira informa que no Conselho Municipal de
 162 Saúde foi apresentado para deliberação pela Coordenadora da Saúde Mental outra configuração dos
 163 serviços. Foi dito que os CVCS serão transformados em dois CAPS I, que atenderão aos casos de
 164 moderado a grave, muita polêmica surgiu, ficando acordado novos estudos pela SMS, com a
 165 participação da Comissão de Saúde do Conselho Municipal de Saúde para posterior apresentação e
 166 deliberação em outra assembléia. Senhor Pastorello explica que a política de saúde segue ritos do
 167 Ministério da Saúde e que o Conselho Municipal de Saúde é um dos órgãos que precisa dar anuência
 168 a política para que possamos estabelecê-la. **Declara como Chefe de Departamento de Saúde**
 169 **Mental, que estamos em estudos para ver a necessidade de transformar os três CVCS em: dois**
 170 **CAPS Infantil, sendo um responsável pelo atendimento da Zona Central, Orla e área Continental**
 171 **e um pela Zona Noroeste, atendendo os casos de comprometimento moderado a grave e um**

172 **CVC (ainda não estabelecido o local) para casos leves de toda a cidade.** Edmir Nascimento
 173 propõe que o CMDCA participe da reunião de estudos que será feita com a Comissão de Saúde do
 174 Conselho Municipal de Saúde e a Coordenação da Saúde Mental da SMS. Senhora Maria Cristina
 175 lembra que esse CAPS está em andamento em razão do Termo de Ajuste de Conduta entre o MP e a
 176 SMS, provocado por esse conselho. Senhor Pastorello explica que existe um grupo de trabalho na
 177 SMS, que se reúnem todas as quartas feiras, específico para estudar as transformações da política e
 178 convida o CMDCA a participar quando o assunto for Saúde Mental. **Após discussões ficou**
 179 **deliberado que o senhor Pastorello informará o dia da reunião que o do Grupo de Trabalho da**
 180 **SMS discutirá sobre Saúde Mental para que o CMDCA participe.** Senhora Daniella Stazack de
 181 Araújo do CRP pondera que existe uma rede de atendimento psicossocial já desenhada e que seria
 182 interessante que todos conhecessem. **Deliberado como pauta para a próxima assembléia a**
 183 **apresentação pela SMS dos serviços de Saúde Mental do município de Santos.** Senhor Edmir
 184 Nascimento pergunta obre a questão do Centro de Diagnóstico “30 de Julho” inaugurado em 2006/07,
 185 por determinação desse conselho, devido à grande necessidade em se realizar diagnósticos de
 186 crianças e adolescentes na cidade. Senhor Pastorello afirma que hoje não é mais necessário, que os
 187 CVCS dão conta da demanda de diagnóstico e aproveita e solicita aos Conselheiros tutelares que
 188 façam apenas os encaminhamentos aos CVCS, para que possamos concentrar num só serviço para
 189 controle da situação. Informa também que irão repactuar o contrato com o Centro de Diagnóstico Trinta
 190 de Julho, pois entendemos que um serviço deve gerar a demanda e outro fazer o atendimento.
 191 Senhora Taís Aguiar fala que a demanda identificada pelo Centro de Diagnóstico é de 160 (cento e
 192 sessenta) crianças para atendimento com distúrbio de aprendizagem e que a rede não atende.
 193 Pergunta quem fará esse atendimento?, já que a Coordenadora do Centro de Diagnóstico se propõe a
 194 aumentar, apenas o atendimento de mais trinta casos. Senhor Pastorello fala que a repactuação do
 195 oferecimento dos serviços será na vertente do Atendimento. Senhora Tais, pergunta também se a
 196 Secretaria de Saúde já informou ao Ministério Público a relação das crianças e adolescentes atendidas
 197 nos CVCs da demanda do Centro de Diagnóstico 30 de Julho, conforme solicitado pelo Órgão. Senhor
 198 Pastorello informa que foi concedido mais 15 (quinze) dias de prazo para que a SMS apresente a
 199 relação com demanda. **Senhor Edmir solicita que essa relação seja, também, encaminhada ao**
 200 **CMDCA, bem como a listagem do Centro Trinta de Julho para identificarmos as crianças em**
 201 **atendimento e sem atendimento. Senhor Pastorello concorda ficando assim Deliberado.**
 202 Continua dizendo que os encaminhamentos dessa demanda são feitas, em sua maioria pelas Escolas
 203 e Conselhos Tutelares, e que farão uma interlocução com a Secretaria Municipal de Educação dentro
 204 do Programa Saúde nas Escolas, para sensibilizar a real necessidade do encaminhamento de crianças
 205 para tratamento, a fim de quantificarmos a situação e decidirmos como será feita a readequação dos
 206 CVCs em CAPS I, pois os CVCs atenderão os casos leves e o CAPS I atenderão os casos moderados
 207 e graves. Teremos também uma unidade de Acolhimento infanto Juvenil, estabelecida pelo Programa”
 208 Crack é Preciso Vencer”, pactuada com as Secretarias Municipais de Assistência Social e Segurança.
 209 Senhora Maria Cristina Dias de Oliveira, fala que em dois mil e dez foi feito um Termo de Ajuste de
 210 Conduta (TAC), para implantação de um CAPS-AD-I (álcool e Drogas Infantil), que não foi realizado e
 211 já está em execução. Senhor Pastorello fala que o TAC não prevê internação, e que estamos quase
 212 prontos para atender, apenas faltando a contratação de um Profissional de Enfermagem com
 213 Especialização em Psiquiatria que não estamos encontrando na cidade. Questionado sobre o
 214 atendimento de saúde mental na área Continental, relatou que existe realmente uma precariedade do
 215 serviço, por insuficiência de profissionais, mas que retomaremos o Serviço de Atendimento Volante,
 216 que atenderá uma vez por semana na Unidade Básica de Saúde, em Caruara e Monte Cabrão, em
 217 estudos ainda para Ilha Diana devido à demanda. **Finalizando o senhor Pastorello afirma que a**
 218 **nova configuração da rede de Saúde Mental só será efetivada após apresentação a esse**
 219 **conselho para apreciação e deliberação. Todos concordam ficando assim deliberado.** Senhor
 220 Edmir informa sobre o convite para participarmos do Primeiro Simpósio de Fortalecimento do Sistema
 221 de Garantia de Direito e Lançamento Oficial do Sistema SIPIA/WEB, em Caldas Novas, Goiana, dias
 222 vinte e um a vinte e quatro próximo, expressa a importância de participarmos em razão da efetivação
 223 do SIPIA. **Após discussões deliberamos pelo encaminhamento de cinco representantes, sendo**
 224 **um da sociedade civil (EDMIR), um da área governamental (HELENICE) bem como um**
 225 **Conselheiro Tutelar de cada base (a ser informado), com gastos até quinze mil reais.**
 226 Prosseguindo passamos para o item dois da pauta **Relatos do Programa Viva Leite:** Senhora
 227 Adriana Jandelli, conselheira representante na Comissão do Programa Viva Leite, informa que é
 228 necessário discutirmos algumas questões sérias que vem acontecendo na execução do Programa.

Trata-se de um Programa Estadual que prevê a distribuição de vinte e quatro mil setecentos e noventa e cinco litros de leite por mês e atende mil seiscentas e cinqüenta e três crianças em Santos. Tendo hoje sobra de nove mil e oitenta e seis litros de leite, o que denota falhas graves na execução, por essa razão convidei, conforme deliberado em assembléia anterior, os senhores Carlos Eduardo da Silva (Jarrão) e a senhora Ester Bonavides da Secretaria Municipal de Serviços Públicos- SESERP, gestora do programa, para informes e esclarecimentos. Com a palavra o senhor Carlos, cumprimenta os presentes e informa que se trata de um Projeto Estadual do Leite: VIVA LEITE, com foco na alimentação e nutrição para população carente, conforme Decreto 44569 de vinte e dois de dezembro de mil novecentos e noventa e nove, por meio da distribuição gratuita de leite fluído e pasteurizado para crianças de seis meses até seis anos de idade, para famílias com renda mensal de até dois salários mínimos. A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos executa o projeto há dezesseis anos, especificamente pela Subprefeitura da Zona Noroeste, antiga Regional. O projeto prevê algumas condicionalidades como pesagem e acompanhamento das crianças que no início era realizado em parceria com as Policlínicas, atual Unidade Básica de saúde - UBS. Infelizmente hoje, por problemas de desentendimento com a Saúde, que não tem um procedimento diferenciado para esse Projeto, as mães não querem mais levar as crianças para fazerem a pesagem fazendo-as desistir do Projeto. Por essa questão o Governo Estadual ameaçou cortar o projeto em Santos. Para que isso não ocorresse, a Subprefeitura optou por providências paliativas, comprou uma balança, contratou uma enfermeira para fazer a pesagem e adquiriu um caminhão isotérmico para acondicionar o leite. Temos a consciência que o objetivo do projeto exige mais, mas infelizmente foi a solução encontrada para não perdermos o benefício. Atualmente mais uma condicionalidade foi imposta pelo Estado, a obrigatoriedade das famílias terem o Número de Inserção Social (NIS). Isto posto procuramos o Departamento de Proteção Básica da SEAS, Senhora Magali Leite de Freitas, coordenadora do Departamento da Proteção Básica- CRAS, e explicamos a necessidade de cadastrar as famílias beneficiadas pelo VIVALEITE para obtenção do NIS, solicitamos o cadastro de mil famílias, mas infelizmente o CRAS só conseguiu cadastrar trezentas. Todos esses problemas somados ao fato de termos recebido, há três meses, leite estragado fizeram com que as famílias desistissem de pegar o leite, gerando essa enorme sobra. A conselheira Marli diz que o programa foca a desnutrição, que há distorção porque ninguém quer administrar. Sugere que o CMDCA se posicione sobre isso e que até agosto tenhamos a definição de qual política ficará responsável pelo projeto. Senhora Maria Cristina pergunta quem determinou que o convênio fosse firmado com a SESERP em Santos? Senhora Adriana responde que há um Decreto Municipal de número 7144 de 11 de junho de dois mil e quinze, que atribui a responsabilidade à Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SESERP) como também indica os membros para compor a Comissão Municipal que supervisionará o Projeto. Após inúmeras indignações e discussões, **deliberamos pela realização de reunião, dia dezessete próximo, nessa Casa, entre a Subprefeitura da Zona Noroeste, Conselho Municipal de Segurança Alimentar, SECID, SMS, SEAS/CRAS e CMDCA para definir: órgão responsável para a execução, com a definição de papéis e todas as medidas necessárias à execução.** Prosseguimos com o **item quatro da Pauta: Apreciação e Deliberação da solicitação de Inscrição do Programa de Aprendizagem da Fundação SETTAPORT**, senhor Edmir convida os representantes da Fundação para fazer uso da palavra. Senhora Naira Alonso coordenadora da Fundação SETTAPORT cumprimenta os presentes e explica que preza pela integração porto cidade e que segundo levantamento existe na cidade a capacidade de emprego para seis mil jovens aprendiz, mas que apenas mil e quinhentas vagas são ocupadas. Isso denota ineficiência da fiscalização das empresas. Contatamos o Ministério do Trabalho e estabelecemos parceria para a realização de uma força tarefa na verificação e autuação nas empresas em descumprimento das cotas, estabelecida em lei, para que possamos ocupar todo o potencial existente na cidade com nossos adolescentes. Pensando na qualificação desse adolescente, realizaremos cinco cursos: Logística Portuária, Recepcionista, Administrativo, Agente de Carga e Descarga e Office Boy. Temos sessenta jovens cadastrados para essa pré qualificação com idade entre 14 (quatorze) a 18 (dezoito) anos de áreas carentes da cidade, ponto de partida para o encaminhamento às empresas. O projeto prevê além da qualificação do adolescente o seu acompanhamento integral tanto na empresa como na família. A conselheira, Senhora Rejane da Fonseca Oliveira, representante da SEAS solicita que os adolescentes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, sejam contemplados. Senhora Naira Vasoncellos concorda ficando assim acertado. Senhora Taís informa que realizou reunião com as entidades de aprendizagem, cadastradas nesse conselho e foi conversado a necessidade de absorção dos adolescentes em vulnerabilidade oriundos do sistema de garantia nos cursos de qualificação. Em

26
27
28
29

286 razão das dificuldades apontadas e, para identificação desses problemas elaboramos um questionário
287 onde às entidades apontarão os entraves que inviabilizam o aproveitamento do adolescente vulnerável
288 nos programas de aprendizagem. Após discussões **a inscrição do programam foi Aprovada.**
289 Continua com o item **nove da pauta: Relatos das Câmaras Setoriais.** Senhora Luana NG,
290 coordenadora da **Câmara de Relações Públicas** divulga e convida para o evento Destinação Criança,
291 que acontecerá no dia sete de junho próximo às dezenove horas no SESC- Santos, com a
292 apresentação dos Projetos financiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do
293 Adolescente - FMDCA. Será um evento muito importante que necessita da presença de todos, pede
294 que as entidades levem as famílias assistidas, convidem os amigos, empresários que conhecerem
295 para obtermos o maior número de público possível. É fundamental que os empresários com potencial
296 para destinar reconheçam a importância do patrocínio dos projetos para a vida dessas
297 crianças,adolescentes e suas famílias. Lembra que fazer parte da política é participar. Senhora Maria
298 Cristina, coordenadora da Câmara Financeira informa que os dez projetos aprovados e financiados
299 pelo FMDCA serão assinados no dia do evento.**Câmara de Planejamento**, Senhor Wilson Bregochi
300 informa que a Câmara verificou os projetos já apreciados durante a pauta, e que a **Câmara de**
301 **Legislação** está apreciando a Resolução Normativa de número dez de mil novecentos e noventa e
302 oito, procedimentos administrativos, para que seja revogada. **Assuntos Gerais:** Senhor Vice
303 presidente relembra, que o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDECA)
304 abriu o Edital de financiamento de recursos para o recebimento de Projetos, por meio do Certificado
305 de Captação de Recursos (CDC).Naquela ocasião a Organização Associação Leda entrou com ação
306 contra o CONDECA. A Associação UACEP, em dois mil e catorze, captou quase quinhentos mil reais, e
307 entrou com a solicitação do CDC ao CONDECA. Embora a UACEP tenha o valor captado e depositado
308 na conta do FEDCA, conforme divulgado no Diário Oficial do estado de São Paulo, até a presente
309 momento, não repassou o valor captado a entidade. **Deliberado o encaminhamento ao CONDECA**
310 **solicitando a urgência do repasse do recurso à UACEP.** Regina Passos, representante do Fórum
311 dos Direitos da Criança e do adolescente, informa sobre a reunião que acontecerá no dia oito de junho,
312 próximo futuro, as quatorze e trinta horas nessa Casa, como pauta discutirá o Fluxo de Atendimento à
313 Criança e ao Adolescente. Senhor Edmir propõe convidar as Organizações Sociais da cidade para
314 relatarem os problemas que enfrentam. Senhora Fernanda da Proviver sugere como tema, também,
315 dessa reunião o Programa Saúde da Família (PSF). Sem mais nada a tratar o senhor vice presidente
316 Edmir Nascimento dá por encerrada a reunião e eu secretária "Ad Hoc", Ana Lucia Rezende, lavro e
317 assino a presente ata em conjunto com o senhor vice presidente.

318
319
320
321
322
323
324
325

EDMIR SANTOS NASCIMENTO
Vice Presidente

ANA LUCIA REZENDE
Secretária Ad Hoc